

Índice:

Anthony Disney – “Charles Boxer as Biographer: A Preliminary Evaluation.”	p. 9-28
Zoltán Biedermann – “Nos primórdios da antropologia moderna: a Ásia de João de Barros.”	p. 29-62
Rogério Miguel Puga – “Os Descobrimientos Portugueses em The Principal Navigations de Richard Hakluyt.”	p. 63-132
Cecília Guirado – “A divulgação das primeiras imagens exóticas do Brasil através dos escritos de Pero de Magalhães de Gândavo.”	p. 133-140
Nuno da Silva Gonçalves – “A Rota Missionária do Ocidente: O Início da Actividade dos Jesuítas no Brasil.”	p. 141-154
Júnia Ferreira Furtado – “As Índias do conhecimento, ou a Geografia imaginária da conquista do ouro.”	p. 155-212
Guida Marques – “A dimensão atlântica da oposição antoniana e a questão brasileira (1580-1640).”	p. 213-246
José Damião Rodrigues & Artur Boavida Madeira – “Rivalidades Imperiais e Emigração: Os Açorianos no Maranhão e no Pará nos Séculos XVII e XVIII.”	p. 247-264
Maria do Rosário Pimentel – “Ser Escravo: Quadros de um Quotidiano dos Trabalhos e dos Dias.”	p. 265-294
Chantal Luis da Silva – “L'évêché du Congo et de l'Angola (1596-1760).”	p. 295-334
Eugénia Rodrigues – “Em nome do rei. O levantamento dos Rios de Sena de 1763.”	p. 335-480
António dos Santos Pereira – “A Índia a Preto e Branco: uma carta oportuna, escrita em Cochim, por D. Constantino de Bragança, à Rainha Dona Catarina.”	p. 449-486

Resumos:

Anthony Disney – “Charles Boxer as Biographer: A Preliminary Evaluation.” Pp. 9-28

Charles Boxer foi antes de tudo um biógrafo muito completo que escreveu monografias, ensaios, panfletos, artigos e muitos esboços biográficos. O seu grande êxito nesta arte foi associado estreitamente com a sua extraordinária capacidade de descobrir e utilizar fontes primárias previamente desconhecidas.

Ainda que não tivesse muito interesse na ciência psicológica, nem nas várias escolas sobre os estudos históricos da sua época, foi muito dedicado a compreender 'o Outro'. Escreveu biografias de uma forma objectiva, flexível e sem parcialidade, e utilizou os resultados para examinar perguntas mais largas com grande habilidade.

Zoltán Biedermann – “Nos primórdios da antropologia moderna: a Ásia de João de Barros.” Pp. 29-62

Tida tradicionalmente como um dos expoentes máximos da 'abertura ao Outro' operada pelo humanismo português, a Ásia de João de Barros é hoje uma obra carente de reinterpretação. O presente artigo ensaia a sua releitura focando os trechos de etnografia e de história oriental com vista à identificação das concepções antropológicas e históricas subjacentes. A descoberta do outro deve neste âmbito ser vista como uma aceitação do estranho como sendo essencialmente mesmo. Graças ao postulado de uma continuidade cultural global enraizada numa concepção bíblica e clássica da história que conferia à humanidade um potencial de diversidade muito reduzido, as culturas africanas e orientais entraram pela pena de João de Barros na órbita de uma antropologia unitária que veio a constituir a base dos grandes sistemas taxionómicos da modernidade.

Rogério Miguel Puga – “Os Descobrimentos Portugueses em The Principal Navigations de Richard Hakluyt.” Pp. 63-132

A partir de meados do século XVI, os chamados sea dogs ingleses perseguem rotas e embarcações portuguesas em busca do lucro comercial, num altura em que a Inglaterra inicia a sua expansão marítima, em detrimento dos interesses de Filipe II. Richard Hakluyt (1552?-1616) colecciona, traduz e compila um vasto número de narrativas de viagem europeias em *The Principal Navigations, Voyages and Discoveries of the English Nation* (primeira edição: 1589, edição ampliada: 1598-1600), obra na qual os Descobrimentos portugueses marcam uma presença primordial e recorrente. Neste artigo analisamos essa mesma presença, bem como as estratégias inglesas no sentido de iniciarem a sua expansão comercial quer para as Índias Ocidentais quer para as Índias Orientais, entrando, obviamente, em confronto com os desígnios e domínios portugueses.

Cecília Guirado – “A divulgação das primeiras imagens exóticas do Brasil através dos escritos de Pero de Magalhães de Gândavo.” Pp. 133-140

Desde o século XVI o exotismo brasileiro é retratado como chamariz para seduzir imigrantes, viajantes e turistas. O caótico paraíso tropical continua a surpreender e a estampar os livros de viagens que dão conta de suas belezas e encantos naturais. Mesmo sendo considerado, aos olhos de muitos, uma terra “sem Fé, nem Lei, nem Rei”.

Nuno da Silva Gonçalves – “A Rota Missionária do Ocidente: O Início da Actividade dos Jesuítas no Brasil.” Pp. 141-154

No mesmo ano da chegada de S. Francisco Xavier ao Japão, o P. Manuel da Nóbrega foi enviado para o Brasil com o primeiro grupo de missionários da Companhia de Jesus. Tal como Xavier, tiveram de integrar-se numa realidade nova e em grande parte desconhecida, ensaiando novos métodos de evangelização adaptados às características dos povos que encontraram. A Oriente e a Ocidente, diante de populações tão diferentes, foi necessária uma grande capacidade criativa que permitisse encontrar mediações para a transmissão do Evangelho. Ao estudar os inícios da actividade da Companhia de Jesus no Brasil, o artigo aborda questões como a capacidade de conversão dos índios, as condições sociais e políticas necessárias para a evangelização e os novos métodos de acção missionária.

Júnia Ferreira Furtado – “As Índias do conhecimento, ou a Geografia imaginária da conquista do ouro.” Pp. 155-212

Este trabalho analisa o relato apresentado pelo médico José Rodrigues Abreu, sobre a região das Minas, no começo do século XVIII. José Rodrigues Abreu acompanhou o Governador Antônio de Albuquerque em sua expedição às Minas de São Paulo, para pacificação da Guerra dos Emboabas. De volta, escreveu *Relação das Minas Brasília*, manuscrito perdido, e até hoje desconhecido. No entanto, em seu livro de Medicina, *Historiologia Médica*, publicado entre 1733 e 1739, incorporou parte de suas anotações, no verbete sobre o ouro. Ao tentar ler o livro da natureza a partir de uma visão empírica e racional, ele deu preponderância ao ver do que ao ouvir dizer. No entanto, na descrição sobre Minas Gerais, seu espírito prático e racional foi superado pelo maravilhoso, porque na sua imaginação a região correspondia ao idílico e paradisíaco. A visão que emerge de suas observações constitui uma compreensão ao mesmo tempo racional, mágica e mitológica da geografia da região. Este processo de desconexão com o real refletiu-se na construção de uma cartografia imaginária, na qual as Minas se tornaram o centro da América e o Brasil foi representado por uma ilha. Esta imagem, já em desuso na época, estava sendo substituída por uma imagem mais realista da conformação do seu território.

Guida Marques – “A dimensão atlântica da oposição antoniana e a questão brasileira (1580-1640).” Pp. 213-246

A oposição de dom António, prior do Crato, e dos seus descendentes, ao poder dos Hasburgos permanece desconhecida. Nem a sua persistência através da união ibérica, nem a sua dimensão profundamente atlântica foram devidamente percebidas. A história da oposição antoniana permite porém discernir os lineamentos da guerra atlântica tal como se esboça na sequência da união dinástica das coroas de Portugal e de Castela estabelecida em 1580, assim como a importância desde então da questão imperial no seio da própria união ibérica. Deixa-nos também entender mais particularmente a projecção da América portuguesa no jogo político europeu, e a sua inserção nos seus conflitos. Estudada através da sua recepção pela união ibérica, a história da oposição antoniana desdobra-se em boatos e falsas notícias, revelando receios e ameaças, esclarecendo também a percepção do Brasil na própria união ibérica, e a evolução da sua representação durante esse período.

José Damião Rodrigues & Artur Boavida Madeira – “Rivalidades Imperiais e Emigração: Os Açorianos no Maranhão e no Pará nos Séculos XVII e XVIII.” Pp. 247-264

O propósito deste artigo é apresentar, de forma breve, a questão das rivalidades imperiais entre Portugal e a França na América do Sul entre 1500 e 1800. A presença francesa no Brasil, que se intensificou ao longo do século XVI, teve como momentos-chave os projectos da França Antártica, na Guanabara, e da França Equinocial, no Maranhão. Apesar de derrotados pelos Portugueses em 1560 e em 1615, os Franceses não abandonaram as suas ambições sul-americanas e fixaram-se na região da actual Guiana em meados do século XVII. A França continuou a disputar a posse de territórios aos Portugueses e planeou mesmo a conquista do Brasil em 1762. Neste contexto, destacamos aqui o papel dos colonos açorianos no Maranhão e no Pará, pois foi com gente recrutada nos Açores que, nos séculos XVII e XVIII, a monarquia portuguesa procurou colonizar e defender as fronteiras brasileiras.

Maria do Rosário Pimentel – “Ser Escravo: Quadros de um Quotidiano dos Trabalhos e dos Dias.” Pp. 265-294

Branco, negro e mestiço, livres, libertos ou escravos são protagonistas de uma memória feita de contrastes em que os sujeitos históricos, anónimos ou identificados, são, em qualquer dos casos, homens concretos que partilharam espaços, actividades, sentimentos, emoções e impregnaram durante séculos uma vivência colectiva que deixou, por todo o lado, o rasto da sua presença. Neste estudo, através de um acervo documental diversificado, procurámos desvendar resíduos do quotidiano desses agentes sociais e ler a História não pelas atitudes dos grupos de elite, mas pelo dia-a-dia pulsante de

cumplicidades, interesses e tensões dessa humanidade, quase sempre votada ao esquecimento, que é o escravo e os seus descendentes.

Chantal Luis da Silva – “L'évêché du Congo et de l'Angola (1596-1760).” Pp. 295-334

No século XVI, o Reino do Congo era um dos principais Reinos da África Central. A sua descoberta pelos Portugueses em 1483 marcou os espíritos. Navegadores, comerciantes e missionários tentaram identificar e descrever este Reino africano. Por isso, beneficiamos duma rica documentação escrita (antiga de mais de quatro séculos). Este Reino mostrou-se muito cedo favorável ao Cristianismo. Roma pensava que o Congo ia ser um dia um grande Reino Católico. Em 1596, criou-se o primeiro bispado da África Central: o bispado do Congo e de Angola. O estudo deste bispado de 1596 a 1760, tem a originalidade de analisar as rivalidades que puderam existir entre as diferentes ordens religiosas. As hostilidades vão se ver principalmente entre os Jesuítas que beneficiavam do apoio do Padroado e os Capuchinhos que beneficiavam do apoio da Propaganda Fide. Até ao início do século XVII, o Padroado português tinha o monopólio da evangelização, pertencia-lhe iniciar a organização eclesiástica dos novos territórios. A sujeição de Portugal ao domínio castelhano (1580-1640) diminuiu a capacidade do Padroado de satisfazer as necessidades das missões e aumentou o cuidado da Santa Sé em as prover de outro modo. Por isso, foi criado em 1622 a Propaganda Fide, que tinha também por objectivo de limitar o poder do Padroado português. Este estudo poderá resultar ulteriormente numa análise da política religiosa aplicada pelo Reino de Portugal e por Roma nestas terras africanas. O presente artigo apresenta a situação político-religiosa de Portugal, do Reino do Congo e de Angola antes da sua fundação, as razões que levaram à criação deste bispado, e acaba pela análise das principais dificuldades que encontrou até 1760.

Eugénia Rodrigues – “Em nome do rei. O levantamento dos Rios de Sena de 1763.” Pp. 335-480

Em 1763, chegou a Moçambique o governador-geral João Pereira da Silva Barba para executar o primeiro conjunto de grandes reformas na capitania, após a autonomia face ao Estado da Índia, decretada em 1752. A sua actuação suscitou a oposição do tenente-general dos Rios de Sena, Marco António Azevedo Coutinho Montaury, que, nesse ano, comandou um levantamento contra o governador-geral. Diferentemente de outros episódios de resistência nos espaços coloniais, o levantamento de 1763 nos Rios de Sena tem permanecido totalmente ignorado pela historiografia. Neste texto, pretende-se fazer uma primeira abordagem dos acontecimentos no contexto das tensões entre os Rios de Sena e Moçambique, das reformas pombalinas para a capitania e da Guerra dos Sete Anos. Ao contrário de outras revoltas ocorridas no Antigo Regime, não chegou a ser executada uma devassa dos acontecimentos. A reconstituição desse acontecimento baseia-se na

correspondência expedida pelo governo-geral e em algumas cartas do tenente-general.

António dos Santos Pereira – “A Índia a Preto e Branco: uma carta oportuna, escrita em Cochim, por D. Constantino de Bragança, à Rainha Dona Catarina.” Pp. 449-486

A carta, cuja transcrição anexa, motivou este texto foi redigida em Cochim pelo vice-rei D. Constantino de Bragança e é dirigida formalmente a D. Sebastião, mas na prática à regente D. Catarina, rainha viúva de D. João III. A importância da mesma advém tanto por fazer eco da situação política criada à volta da regência do Reino e das movimentações das figuras das casas de Aveiro e de Bragança, como por apresentar um retrato das actividades dos portugueses no Índico. No essencial confirma outras fontes como Diogo do Couto, mas também as complementa e esclarece algumas dúvidas. Tendo como objecto principal a descrição da expedição ao golfo de Mannar e a Jaffna, D. Constantino informa-nos sobre um espaço de imensa amplitude onde os portugueses intervêm desde Sofala, a Suez, a Goa, Damão, Cochim, Malaca e China. Além da auto-avaliação, aparecem também juízos do desempenho de várias figuras e reparos nem sempre concretizados pessoalmente que nos fornecem um mundo a duas cores: a negro, a corrupção, a preguiça e a cobardia; a branco, a coragem, a lealdade e a competência.